

ILM.º SR. PREGOEIRO DESIGNADO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 098/2023 - DO SENADO FEDERAL - INTERPOSIÇÃO DE CONTRA RECURSO

CONTRA RECORRENTE , Auad Correa Equipamentos Eletrônicos – LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o número 01.377.889/0001-93 com Endereço na Avenida Embaixador Bilac Pinto , 973, Bairro Boa Vista, na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais, Tel. (35) 3473-3700, e-mail:rogerio@teletronix.com.br, que neste ato regularmente representado por seu Sócio Diretor, Sr.Rogério de Souza Correa de CPF Nº 772.182.996-87, vem interpor o presente CONTRA RECURSO ADMINISTRATIVO, pelas razões que passa a expor.

I. DA SÍNTESE DOS FATOS

Alega a Recorrente, **LUMICOM COMERCIAL EIRELI**, empresa privada, inscrita no C.N.P.J./M.F. nº 13.649.368/0001-27, com sede social localizada na Rua Anequira , nº 190, Cordovil, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21.215-440 e escritório comercial na Av. das Américas nº 700, bloco 08, loja 302G, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro (RJ), a partir de agora simplesmente denominada **LUMICOM**, Em síntese que ofertou proposta mais vantajosa ao SENADO FEDERAL no Grupo 01 referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 098/2023.

Descrevemos a seguir, o que diz a recorrente **LUMICOM** , entre parênteses, em seu termo:

{A Recorrente I- O FATO E MOTIVO DO RECURSO

Transcrição do texto enviado pelo pregoeiro que justifica nossa desabilitação.

“Após diligências com o fabricante recebeu-se a informação de que outro produto seria ofertado atendendo, assim, ao quesito 1 (especificação de potência - 50 kW), porém, 2 alterando-se o formato do produto para o tipo PATCH, não se atende ao quesito 2 (ALAVANCA)”.

“Dessa forma, com fundamento na manifestação técnica emitida pela SECOM, e considerando que a proposta ofertada pela empresa LUMICOM para o item 7, mesmo após diligência, não atende às especificações do edital, uma vez que o produto ofertado é do tipo "PATCH", e, não, "ALAVANCA", será mantida a desclassificação da proposta da empresa para o Grupo 1.” }

Vejamos o que pedia o edital para o item em questão:



SENADO FEDERAL

Item 7

Quantidade: 1(uma) unidade

CATMAT: 373779

• **Chave comutadora de sinais de radiofrequência (RF) para equipamentos transmissores de rádio FM.**

- Potência de entrada admissível: 36 kW.
- Impedância de 50 Ohms.
- Sistema de ligação com 04 conectores de alimentação de RF tipo flange, padrão EIA, com diâmetro de 3 1/8".
- 1 entrada de RF para sinal de 1 transmissor principal.
- 1 entrada de RF para sinal de 1 transmissor reserva.
- 2 saídas de RF: uma para "carga resistiva" e outra para antena.
- "Interlocks" de proteção para evitar a comutação da chave com o sinal de potência de RF presente nos seus contatos.
- Sistema de comutação manual (alavanca) para mudança do transmissor na antena ou carga de teste.
- Acabamento blindado e metálico, com possibilidade de aterramento do sistema.
- Manuais de operação, instalação e técnico com esquema elétrico-eletrônico.

Observamos no edital a solicitação de uma Chave Coaxial que seja (MANUAL E DE ALAVANCA), indicando possivelmente a necessidade de agilidade na troca do Transmissor Principal para o Transmissor Reserva. Isso visa garantir que a Rádio Senado **fique fora do ar pelo menor tempo possível** durante a substituição de equipamentos.

O Transmissor especificado no edital possui uma potência de 36 kilowatts. Portanto, a potência da chave oferecida deve ser no mínimo de 36 kilowatts, pois, caso contrário, a chave se queimaria, uma vez que não seria capaz de suportar a potência do Transmissor, que é de 36.000 watts.

Vejamos agora qual Chave a Recorrente LUMICOM ofertou no item 07 - Chave Coaxial no Edital:



7	1	unidade	<p>Chave comutadora de sinais de radiofrequência (RF) para equipamentos transmissores de rádio FM</p> <ul style="list-style-type: none"> - Potência de entrada admissível: 36 kW. - Impedância de 50 Ohms. - Sistema de ligação com 04 conectores de alimentação de RF tipo flange, padrão EIA, com diâmetro de 3 1/8". - 1 entrada de RF para sinal de 1 transmissor principal. - 1 entrada de RF para sinal de 1 transmissor reserva. - 2 saídas de RF: uma para "carga resistiva" e outra para antena. - "Interlocks" de proteção para evitar a comutação da chave com o sinal de potência de RF presente nos seus contatos. - Sistema de comutação manual (alavanca) para mudança do transmissor na antena ou carga de teste. - Acabamento blindado e metálico, com possibilidade de aterramento do sistema. - Manuais de operação, instalação e técnico com esquema elétrico-eletrônico. 	MECTRONICA / MT-AL 3.1/8
---	---	---------	--	--------------------------

Está evidente na Proposta que a Chave apresentada é a Chave Coaxial da Marca MECTRONICA modelo: MT-AL 3.1/8

Vejamos agora as características desta chave - Lâmina que a LUMICOM juntou no processo:

CHAVE COAXIAL ALAVANCA

Considerações

Tem por objetivo permitir que dois transmissores possam ser ativados alternadamente ao sistema irradiante. Adicionada em bloco de alumínio fundido, apresenta 3 ou 4 pólos terminados em flange EIA com inner e alavanca para reversão manual. Os contatos internos são prateados e protegidos por um produto químico adequado. É sintonizada em fábrica observando-se o melhor compromisso entre perda de retorno (VSWR) e isolamento entre as portas, com baixa perda de inserção e interlock de proteção acionado quando do chaveamento manual, potência máxima de operação compatível a terminação de frequência.

Modelo

MT - AL (ALAVANCA)

Características Técnicas

- Construção robusta;
- Alta isolamento;
- Baixa perda por inserção;
- Fácil para instalação;
- Plugs independentes;
- Faixa de operação até 250 MHz.

CÓDIGO	ENTRADA EIA	PÓLOS	POTÊNCIA MÁXIMA KW	DIMENSÕES (CM)
MT - AL 7/8"	1.5/8"	3 OU 4	2,5	18X18X18
MT - AL 1.5/8"	1.5/8"	3 OU 4	5	18X18X18
MT - AL 3.1/8"	3.1/8"	3 OU 4	10	25X25X25



Então vemos que na descrição Técnica da Proposta a empresa **LUMICOM** escreveu que ofertaria uma chave de potência de entrada admissível de 36Kw como abaixo:



Chave comutadora de sinais de
radiofrequência (RF) para equipamentos
transmissores de rádio FM
- Potência de entrada admissível: 36 kW.

Porem a que ele ofertou de fato foi a MT - AL 3.1/8 da empresa MECTRONICA que **suporta no Máximo 10 Kwatts!**

CÓDIGO	ENTRADA EIA	PÓLOS	POTÊNCIA MÁXIMA KW	DIMENSÕES (CM)
MT - AL 7/8"	1.5/8"	3 OU 4	2,5	18X18X18
MT - AL 1.5/8"	1.5/8"	3 OU 4	5	18X18X18
MT - AL 3.1/8"	3.1/8"	3 OU 4	10	25X25X25

Ou seja: Como o Transmissor é de 36Kwatts se essa chave fosse usada ela simplesmente iria **PEGAR FOGO** ao ligar o Transmissor nela, com um tremendo risco de todo o local pegar fogo junto!

Assim, a Licitante **LUMICOM** afirmou na proposta que forneceria uma chave com uma Potência de Entrada Admissível de 36 kW. No entanto, a chave que ela efetivamente ofereceu tinha uma potência de apenas 10 kW, o que representa uma capacidade três vezes inferior àquela realmente necessária, que é de 36 kW.

A seguir, apresentaremos uma seção do documento da parte recorrente para compreender a evolução do caso:

I- O FATO E MOTIVO DO RECURSO

Transcrição do texto enviado pelo pregoeiro que justifica nossa desabilitação.

“Após diligências com o fabricante recebeu-se a informação de que outro produto seria ofertado atendendo, assim, ao quesito 1 (especificação de potência - 50 kW), porém,

1



alterando-se o formato do produto para o tipo PATCH, não se atende ao quesito 2 (ALAVANCA)”.

“Dessa forma, com fundamento na manifestação técnica emitida pela SECOM, e considerando que a proposta ofertada pela empresa LUMICOM para o item 7, mesmo após diligência, não atende às especificações do edital, uma vez que o produto ofertado é do tipo "PATCH", e, não, "ALAVANCA", será mantida a desclassificação da proposta da empresa para o Grupo 1.”

Observa-se que a alteração da chave foi aceita pelo pregoeiro, o que contraria a legislação de licitações, proibindo a inclusão de novo documento, conforme estabelecido no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993, no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021) e no Acórdão do TCU 1211/21, que proíbe a modificação da substância das propostas.

Além disso, em relação à outra chave oferecida pela Recorrente **LUMICOM**, evidencia-se que não se trata de uma chave manual tipo alavanca, como solicitado no edital, mas sim de uma chave tipo **PATCH**, substancialmente diferente. Esta última exige desaperto de duas abraçadeiras para ser substituída, envolvendo a retirada e reposicionamento da chave para outro ponto. Tal procedimento resultaria em um período fora do ar para a Rádio Senado **significativamente mais longo do que o exigido para uma chave de alavanca**, justificando assim a especificação da chave de alavanca no edital.

Desta forma, o pregoeiro, tardiamente, desclassificou a recorrente, pois, no início, ela escreveu que ofertaria um produto com potência de entrada admissível de 36 kW, mas ofereceu outro com três vezes menos, apenas 10 kW. Além disso, posteriormente, ofertou outro produto totalmente diferente, PATCH, em vez de Alavanca, conforme solicitado pelo edital.

Vejamos o que diz o Acórdão do TCU 1211/21

“O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que **não alterem a substância das propostas**, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021) “

Mas o que é então a SUBSTANCIA DA PROPOSTA?

A "**substância**" de uma proposta em um processo licitatório refere-se à essência ou aos elementos fundamentais que compõem a oferta apresentada por um licitante. Esses elementos são cruciais para a avaliação e seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública. Vamos explorar mais detalhadamente os componentes que formam a substância de uma proposta:

1. **Detalhes Técnicos e Especificações:** A proposta deve conter informações técnicas detalhadas sobre os produtos ou serviços oferecidos, atendendo integralmente às especificações estabelecidas no edital. Isso pode incluir características técnicas, padrões de qualidade, quantidades, prazos de entrega, entre outros.
2. **Preço e Forma de Pagamento:** O preço proposto pelo licitante é um dos elementos centrais. Além do valor global, a proposta deve indicar a forma de pagamento, eventuais descontos oferecidos, condições de parcelamento e quaisquer termos relacionados aos aspectos financeiros da transação.
3. **Prazos de Execução:** A proposta deve estabelecer os prazos para início e conclusão dos serviços ou entrega dos produtos. Esses prazos devem estar em conformidade com as exigências do edital e serem viáveis para ambas as partes.
4. **Documentos de Habilitação:** A proposta deve ser acompanhada pelos documentos que comprovam a capacidade jurídica, técnica e financeira do licitante para executar o contrato. Isso pode incluir certidões, balanços contábeis, comprovação de experiência técnica, entre outros.

Então vemos que se o pregoeiro aceitasse outro produto que não aquele apresentado estaria ele *permitindo a alteração da Substancia da Proposta* o que é vedado pela decisão do Acórdão do TCU 1211/21 bem como pela vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021.)

Vemos então que *não tem fundamentação jurídica* a alegação da RECORRENTE de que a mesma foi indevidamente inabilitada pois foram alteradas as características Técnicas do Produto , portanto ficando clara a Mudança da Substancia da Proposta pois o outro produto tem outras Características Técnicas diferentes do produto original apresentado.

II – PEDIDOS

À vista do exposto, não resta dúvida que a proposta da empresa **LUMICOM** , que foi devidamente sagrada DESCLASSIFICADA do certame, no seu item 7 traz em si inconsistências e fragilidades de uma monta tal que, data vênia, a mesma jamais poderá ser admitida e classificada, além do que, as omissões nos equipamentos ofertados por ela não atendem às especificações técnicas exigidas pelo edital, por isso, neste ato a IMPETRANTE TELETRONIX REQUER digno-se V.S.ª:

II.1 – Seja o presente recurso recebido e conhecido, eis que ele é interposto a modo e termo;

II.2 – Seja o presente recurso provido em todos os seus precisos termos e nítidos fundamentos, de modo a dar por desclassificada a empresa **LUMICOM** , com a manutenção da declaração de classificação da recorrente TELETRONIX;

II.3 – No caso de que o presente recurso não seja provido de modo algum, seja o mesmo remetido de ofício à superior instância, para realização do devido recurso hierárquico.

Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

Santa Rita do Sapucaí, MG, 06 de dezembro de 2023.

AUAD CORREA EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA.

Eng. Rogerio de Souza Correa

CPF:772.182.996-87

CREA-MG:65553/D